

RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.092 - PR (2013/0423042-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **LOURDES ANTÔNIA RONDO GUTIERREZ**
RECORRENTE : **JUANA RAMOS ESPÍNDOLA**
ADVOGADO : **GREGÓRIO ARTHUR THANES MONTEMOR - PR026838**
RECORRIDO : **HDI SEGUROS S.A**
ADVOGADO : **MARCELO MAZUR E OUTRO(S) - PR031092**
INTERES. : **RAMOS TURISMO LTDA - EPP - EMPRESA DE PEQUENO PORTE**
ADVOGADOS : **REINALDO CAETANO DOS SANTOS - PR016599**
: **MAURÍCIO DEFASSI - PR036059**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. BOLIVIANOS COM ENTRADA QUESTIONADA NO PAÍS. ACIDENTE DE ÔNIBUS. COBERTURA SECURITÁRIA NEGADA NA ORIGEM POR CONSIDERAR A OCORRÊNCIA DE "TRANSPORTE ILÍCITO". INEXISTÊNCIA DE AGRAVAMENTO DO RISCO. EXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA SEGURADORA. RECURSO PROVIDO.

1. *"Nos termos da jurisprudência desta Corte, a exoneração do dever da seguradora de pagamento da indenização do seguro, somente ocorrerá se a conduta direta do segurado configurar efetivo agravamento (culposo ou doloso) do risco objeto da cobertura contratada, consubstanciando causa determinante para a ocorrência do sinistro."* (AgInt no REsp 1577162/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, DJe 25/10/2017)

2. Recurso especial provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por LOURDES ANTÔNIA RONDO GUTIERREZ e outra, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim sintetizado:

APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO REPARATÓRIA DE DANOS - ACIDENTE EM RODOVIA ESTADUAL - CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA - APELAÇÃO CÍVEL 02 - SEGURADORA - USO DO VEÍCULO PARA FIM DIVERSO DO CONTRATADO - TRANSPORTE ILÍCITO DE PASSAGEIROS - CLÁUSULA

LIMITATIVA - MÁ-FÉ DO SEGURADO - OMISSÃO NA CONSTITUIÇÃO DO CONTRATO - EXEGESE DO ARTIGO 766, DO CC - DEVER DE INDENIZAR AFASTADO - APELO PROVIDO - RECURSO ADESIVO PREJUDICADO - APELAÇÃO CÍVEL 01 - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA DE TRANSPORTE - SÚMULA 187, DO STF - AUSÊNCIA DE EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL - DEVER DE INDENIZAR - LESÃO NO MEMBRO SUPERIOR DAS VITIMAS - DEFORMIDADE PERMANENTE - DANO ESTÉTICO COMPROVADO - DANO MORAL DEMONSTRADO - VALORES CORRETAMENTE FIXADOS - VALOR ADSTRITO AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE - QUANTUM MANTIDO - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO A *QUO* - PROLAÇÃO DA SENTENÇA - CORREÇÃO DE OFÍCIO - READEQUAÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS - APELO DESPROVIDO.

Em suas razões recursais, apontam as recorrentes ofensa aos arts. 766 e 768 do Código Civil.

Aduzem a necessidade de ser reconhecida a responsabilidade solidária da seguradora no pagamento da indenização a que a empresa de transporte de passageiros, ora interessada, foi condenada.

Sustentam que o dever de indenizar da seguradora permanece incólume, tendo em vista a inexistência de ilícito no transporte de passageiros pela transportadora. Ocorre que o Tribunal *a quo* considerou a perda da garantia securitária por considerar que os passageiros bolivianos transportados, ingressaram no país de forma clandestina, caracterizando "transporte ilícito".

Asseveram, a princípio, a regularidade da entrada das recorrentes (bolivianas) no país, em razão de acordo bilateral firmado entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia, conforme o Decreto n. 5.541/2005.

Além disso, alegam que a seguradora não poderia ter negado a cobertura do seguro, sob o fundamento de má-fé da segurada em razão de ter omitido as circunstâncias do transporte levado a efeito, o que poderia ter influenciado na contratação do seguro. Dizem que foi colacionada aos autos apenas a "apólice do seguro", sem menção aos pormenores da contratação. Acreditam que, nessa situação, seria indispensável a juntada da "proposta do seguro" onde constam todas as informações prestadas pela segurada a respeito do objeto do contrato.

Defendem a inexistência de agravamento do risco na hipótese em apreço, de modo que não poderia haver a perda da garantia segurada, *ex vi* do art. 768 do CC.

A recorrida apresentou contrarrazões ao recurso especial (fls. 1578/1586).

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 1592/1593).

Decido.

2. A irresignação merece ser acolhida.

Preliminarmente, consigne-se que o acórdão recorrido foi publicado antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 do Plenário do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no AREsp 849.405/MG, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 5/4/2016, DJe de 11/4/2016).

3. A Corte Estadual registra que a empresa de transporte ao realizar deliberadamente o **transporte irregular de passageiros**, assumiu o risco de perder a garantia securitária, nos moldes do art. 766 do CC.

Destaca a existência de cláusula excludente de cobertura, firmada entre a seguradora e a empresa de transporte segurada, segundo a qual a seguradora não se responsabiliza pela indenização "quando o veículo transportador for utilizado para fins distintos dos permitidos".

Entende que o seguro abrange o transporte de pessoas, onde tais pessoas devem estar devidamente habilitadas a serem transportadas de forma lícita. De tal modo, considera que os passageiros bolivianos, por pretenderem adentrar ao Brasil mediante o transporte clandestino, não se encontram acobertados pelo seguro.

A propósito, colho o seguinte excerto do acórdão recorrido:

"(...) A apelante alegou que não deve ser responsabilizada pelas indenizações dos requerentes, pois apesar da existência de relação contratual com a ré transportadora, esta utilizou a atividade de transporte para fins diversos do contratado, bem como foi omissa nas suas declarações.

Com razão a recorrente.

Assim constou na carta de negativa:

"Após análise circunstanciada dos fatos apresentados, vimos informar que o sinistro não encontra o devido amparo técnico, baseado nas Condições Específicas da Cobertura Básica de Responsabilidade Civil nos seus itens 7 Riscos Excluídos letras K) 'Quando o veículo transportador for utilizado para fins distintos dos permitidos'. Alínea e) 'Se prestar qualquer declaração inexata ou omitir informações que possam influir direta ou indiretamente no conhecimento, análise e aceitação do risco e na taxa do prêmio'. (fl. 174)

A cláusula contratual invocada como excludente de riscos deve ser lida e interpretada em vista da função social do contrato e o princípio da boa-fé objetiva cogente a todos os contratantes.

Cumpre destacar que é vedado pelo ordenamento jurídico a estipulação de cláusula contratual que ampare direito ao segurado à prática de atos dolosos, conforme determina o artigo 762, do Código Civil.

Pois bem. **O contrato de seguro avençado entre os contratantes prevê a cobertura por acidentes pessoais, corporais e materiais causados a passageiros transportados e/ou terceiros não transportados.**

Assim, o objeto do contrato circunscreve-se a finalidade de transporte de pessoas, onde, leia-se, pessoas devidamente habilitadas a serem transportadas de forma lícita, em razão da própria exigência normativa de que a validade dos negócios jurídicos requer objeto lícito, conforme disciplina o artigo 104, CC.

Denota-se do robusto conjunto probatório acostado aos autos que o sócio administrador da requerida transportadora teve aberto em seu desfavor a instauração de Inquérito Policial na Polícia Federal pela prática, em tese, do delito de introdução de estrangeiro clandestinamente ou ocultação de clandestino ou irregular, previsto nas sanções do artigo 125, XII, da Lei 6.815/80.

Nessa esteira, infere-se do auto de prisão em flagrante constante no inquérito policial n°. 566/2005:

"Os presos José Brito Sá, José Cicero Romão e José Maria Alves de Oliveira, aos quais foram dados voz de prisão, na presença das testemunhas Ricardo Costa Espiga e Felipe Bazzo, ambos policiais federais lotados nesta delegacia, em razão de proceder a introdução e transporte de 44 nacionais bolivianos, abaixo nominados em território nacional sem a devida regularização de sua situação perante as autoridades migratórias brasileiras, fato este descrito no artigo 125, inciso XII da Lei 6.815/80, verificado em razão de um acidente com o ônibus que estavam viajando. (...) Verificando que se tratava do ônibus da empresa ARUAMA TURISMO LTDA, em seguida, se dirigiram para o HOSPITAL REGIONAL JOÃO DE FREITAS, onde verificou que realmente havia diversos estrangeiros de nacionalidade boliviana, além de alguns brasileiros, alguns com ferimentos, sendo medicados; QUE, ao observar a documentação de algumas pessoas que estavam sendo atendidas, verificou que estavam em situação irregular perante a migração brasileira, razão pela qual contactou esta Delegacia solicitando apoio policial; Que pela documentação encontrada no ônibus, haveria somente 13 passageiros, conforme relação". (fls. 332/333).

Ainda, em decorrência do mencionado Inquérito Policial n. 2005.70.15.0051171-2/PR, consta no caderno processual que a Excelentíssima Senhora Juíza Federal Substituta Dra. Stella Stefano Malvezzi recebeu a denúncia proposta. Vejamos:

"(...) Diante disso, RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Ministério Público Federal em desfavor de JOSÉ BRITO SÃ, JOSÉ CÍCERO ROMÃO, JOSÉ MARIA ALVES OLIVEIRA, EMERSON RAMOS DA SILVA, RAMON VILLALBA RIVAS, MARIANO GUSMÃO MARECOS e ROGÉRIO DA SILVA BORGE por suposta prática dos delitos previstos no artigo 125, inciso XII, da Lei n'.6.812/80, § 3º e artigo 288, caput, do Código Penal". (fl. 1168).

Em inteligência do artigo 22, V, da Resolução n° 17/2002, da ANTT, é

dever da transportadora certificar-se de que as pessoas transportadas estejam relacionadas na lista de passageiros. Vejamos:

"Art. 22. Nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional sob regime de fretamento contínuo e eventual ou turístico, a empresa transportadora não poderá:

(...)

V. transportar pessoa (s) não relacionada (s) na lista de passageiros".

Assim, era seu dever conferir e listar os passageiros transportados, não podendo simplesmente alegar em seu favor que desconhecia como e onde embarcaram os estrangeiros.

E ainda, segundo se vislumbra das declarações extrajudiciais de algumas das vítimas transportadas, restou claro que os responsáveis pelo transporte detinham plena ciência sobre o estado irregular dos passageiros bolivianos, inclusive destacando-se que o transporte era uma prática reiterada, veja-se:

"Alcides Manani - (...) Que pagou pela passagem a quantia de US\$ 120,00 para uma pessoa de nome Mariano, não sabendo informar se de nacionalidade paraguaia ou brasileira; (...) Que, não possui passaporte e pretendia viajar apenas com sua carteira de identidade, e queria tirar seu passaporte na fronteira, porém não conseguiu; Que, Mariano disse que não tinha problema em não ter passaporte em razão do valor que estava sendo pago". (fl. 500).

"Reinaldo Masco - (...) Que, pagou pela passagem a quantia de US\$ 130,00 para uma pessoa de nome Mariano Gusmano, sendo que outras pessoas lhe indicaram que referida pessoa fazia transporte de estrangeiros para o Brasil; (...) Que, Mariano disse que não tinha problema em não ter passaporte em razão do valor que estava sendo pago". (fl. 498).

"Alex Richard - (...) Que pagou pela sua passagem US\$ 130,00 em espécie; (...) Que, o declarante não possui passaporte, somente tem carteira de identidade e, RAMON lhe falou que passaria fácil e não precisaria de passaporte; Que RAMON poderá ser encontrado no HOTEL ITAIPU em Foz do Iguaçu e acha que é um dos donos do hotel". (fl. 503).

Portanto, a partir do momento em que a transportadora omitiu-se em não declarar os nomes dos passageiros, bem como ao transportar um significativo número de bolivianos irregulares (44 ao total), assumiu o risco de perder a garantia pelo transporte segurado, não em função da dinâmica do próprio acidente, mas sim por distanciar-se dos fins preestabelecidos, ou seja, o transporte lícito de passageiros.

Negrite-se. O que se está em discussão não é o fato de a transportadora ter utilizado o veículo para fins diversos do transporte de pessoas, a exemplo de cargas, mas sim por ter transportado pessoas em estado

irregular da qual tinha ciência, não comprovando que tal episódio tenha sido um fato aleatório, desconhecido e de que também tenha sido vítima, evidenciando-se a sua má-fé.

Portanto, conclui-se que se a segurada tivesse comunicado a seguradora acerca do transporte de estrangeiros, o preço do prêmio poderia sofrer alterações ou ser negado vigência ao contrato por afronta ao artigo 762, do Código Civil.

De igual sorte, reza o artigo 766, do Código Civil:

"Se o segurado, por si ou por seu representante, fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou na taxa do prêmio, perderá o direito à garantia, além de ficar obrigado ao prêmio vencido".

(...)

Vale frisar que aceitar a cobertura securitária em situações como no caso em apreço, seria dar guarida ao ingresso de estrangeiros clandestinos ou irregulares em território nacional, produzindo efeitos em toda a sociedade.

Isso porque, conforme aduzido pela recorrente em suas razões, o seguro é meio idôneo de proteção a direitos legítimos do segurado e não ilegítimos. Assim, consubstanciando os princípios da confiança e garantia.

Dessa maneira, desvencilhou-se a recorrente do seu ônus, conforme determina o artigo 333, II, do CPC, demonstrando que a recorrida praticava transporte ilícito de estrangeiros, bem como sua má-fé em não declarar tal atividade por ocasião da celebração do contrato ou no decorrer de sua validade.

Desse modo, ausente o dever de indenizar da seguradora requerida por expressa exclusão contratual dos riscos assumidos, resta prejudicada a análise dos demais questionamentos expostos no apelo, bem como prejudicada a análise do recurso adesivo." (fls. 1433/1438) - g.n.

3.1 Todavia, entendo que melhor sorte ampara as recorrentes.

De saída, afasto o óbice da Súmula 5 e 7 desta Corte, na medida em que o deslinde da controvérsia prescinde da interpretação das cláusulas do contrato de seguro e do revolvimento do material fático-probatório acostado aos autos, já que no acórdão recorrido está transcrito os termos e os limites da avença.

Destarte, estando expressamente consignado no aresto estadual que o contrato de seguro entabulado entre a recorrida e a empresa transportadora prevê a *"cobertura por acidentes pessoais, corporais e materiais causados a passageiros transportados e/ou terceiros não transportados"*, cabe apenas aferir a existência de violação à lei federal invocada pelas recorrentes, diante deste quadro fático soberanamente delineado perante as instâncias ordinárias.

A matéria, portanto, é eminentemente jurídica.

3.2 Cinge-se a controvérsia em aferir se a qualidade de "clandestinos" dos transportados, seria o suficiente para afastar a cobertura securitária avençada no seguro.

Dentro desses lindes, considero que o transporte de estrangeiros, ainda que ilegais, da Bolívia para o Brasil, não caracteriza a utilização do veículo transportador para fins distintos do permitindo, porquanto a atividade em questão está adstrita ao **transporte de passageiros**, exatamente nos termos do pacto de seguro firmado entre seguradora e transportadora.

Nesse contexto, não se constata qualquer causa excludente da responsabilidade da seguradora, máxime porque o transporte de "estrangeiros clandestinos" não concorreu como causa determinante do sinistro, muito menos como agravante do risco, sendo impossível sequer posicioná-lo na linha causal do resultado danoso descrito nos autos.

Frise-se que de acordo com o Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito n. 2L/0320/2005 (fls. 36/50), o ônibus tombou "sem motivos aparentes", em razão da perda do controle do veículo pelo motorista, quando fazia a linha Foz do Iguaçu - São Paulo, por volta das 3hs, do dia 01/09/05, nas proximidades do km 07+900 metros, da Rodovia Estadual PR 444, vindo a capota-lo à margem direita da rodovia. O sinistro em questão causou diversos danos aos passageiros transportados - inclusive com resultado morte de alguns destes -, sendo que as recorrentes tiveram que ser hospitalizadas em Unidade de Terapia Intensiva - UTI, e, logo em seguida, foram submetidas a procedimento cirúrgico no qual tiveram seus membros inferiores esquerdos amputados.

Nessa esteira, impõe-se a conclusão de ter sido irrelevante para o evento danoso o fato de estarem sendo transportados bolivianos com entrada questionável no país.

Portanto, inaplicável o artigo 766 do Código Civil porque o seguro foi feito para proteger os passageiros e não se constata a existência de informação falsa por parte da seguradora.

3.3 Além disso, esta Corte Superior perfilha o entendimento de que a exoneração do dever da seguradora de pagamento da indenização do seguro, somente ocorrerá se a **conduta direta do segurado configurar efetivo agravamento** (culposo ou doloso) do risco objeto da cobertura contratada, consubstanciando causa determinante para a ocorrência do sinistro, o que não se verifica nos autos.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - TRANSPORTE RODOVIÁRIO - ROUBO DE CARGA - AGRAVAMENTO DO RISCO PELO SEGURADO - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA TRANSPORTADORA.

[...]

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a exoneração do dever da seguradora de pagamento da indenização do seguro, somente ocorrerá se a conduta direta do segurado configurar efetivo agravamento (culposo ou doloso) do risco objeto da cobertura contratada, consubstanciando causa determinante para a

ocorrência do sinistro.

3. A revisão da decisão estadual, que concluiu pela presença do agravamento do risco pela transportadora face a ausência de consulta ao "Telerisco", nos termos do ajuste firmado, exige o reexame de matéria fática e interpretação de cláusulas contratuais, a teor das Súmulas 5 e 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1577162/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 25/10/2017) - g.n.

Como dito, o transporte se fazia mediante o uso regular de veículo habilitado, por uma rodovia estadual (e não por via marginal ou secundária), de forma que não se detecta omissão ou declaração inexata quando da realização da proposta, tampouco aumento do risco segurado.

Nessa ordem de idéias, não é possível considerar que o transporte de estrangeiros tenha sido a causa determinante no sinistro, sendo necessária a reforma do acórdão estadual, por afronta ao art. 766 do CC, tendo em vista a inexistência de hipótese que afaste a responsabilidade da seguradora.

Confira-se, também, as seguintes decisões desta Corte em hipóteses semelhantes: REsp n. 1.585.580/PR, de minha relatoria, DJe 01/08/18; REsp n. 1.519.104/PR rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 30/11/2017; AREsp n. 763.739/PR, rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 15/04/2016; REsp n. 1.564.952/PR, rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 27/11/2015.

4. Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial a fim de consignar a responsabilidade solidária da seguradora recorrida, pelo pagamento das indenizações devidas às recorrentes.

Prejudicada a análise de ofensa ao art. 768 do CC.

Ônus sucumbenciais conforme fixados em sentença (fl. 1280).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
Relator